



Elaboração 2018/2019

Plano Diretor

Joaçaba

Prognóstico



Um Novo Jeito de Pensar Joaçaba!

Realização:



Município de Joaçaba



Consórcio Intermunicipal Catarinense

PROGNÓSTICO

Revisão do Plano Diretor



SUMÁRIO

1	PROGNÓSTICO	4
2	OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES	5
2.1	ECONÔMICO E SOCIAL.....	5
2.2	ESTRUTURAÇÃO URBANA	6
2.3	MOBILIDADE URBANA	8
2.4	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	9
2.5	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	11
3	CONSIDERAÇÕES.....	12

1 PROGNÓSTICO

Após realizado o diagnóstico, constante no volume anterior, foram elencados objetivos e determinadas diretrizes e ações para a revisão do Plano Diretor, os quais irão definir os temas prioritários para o mesmo, visando maximizar os potenciais e minimizar as deficiências, de forma a ordenar estrategicamente o uso do solo de Joaçaba.

2 OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES

2.1 Econômico e social

O desenvolvimento econômico e social deverá ser de maneira sustentável utilizando-se dos potenciais humanos e de infraestrutura existentes, visando o estabelecimento de melhor qualidade de vida a todos. As diretrizes estabelecem caminhos para garantia de serviços básicos a todos e de forma igualitária, fortalecendo as fontes de emprego e renda do município. As ações propostas buscam potencializar as qualidades existentes no município nos âmbitos sociais e econômicos, bem como implantar soluções para as demandas existentes, como a exemplo da ampliação no setor tecnológico.

ECONÔMICO E SOCIAL

Objetivos

- Possibilitar a distribuição de infraestrutura urbana e social de forma equilibrada perante o uso do solo urbano.
- Proporcionar a oferta de serviços públicos de maneira sustentável.
- Ofertar criação de novas fontes de emprego e renda a população.
- Explorar o potencial dos recursos hídricos para o lazer e recreação.
- Explorar o potencial turístico do município.
- Criar roteiros turísticos.
- Facilitar a abertura de empresas.
- Proporcionar serviços básicos a toda população.
- Promover o desenvolvimento urbano sustentável.
- Potencializar o comércio de produtos locais.
- Promover eventos culturais.
- Conservar eventos tradicionais e religiosos.
- Explorar e impulsionar o potencial tecnológico e de ensino do município.
- Manter a diversidade de equipamentos de segurança pública.
- Promover e incentivar a diversificação de atividades em todo o município.



Diretrizes

- Otimizar a utilização de equipamentos sociais.
- Estimular o desenvolvimento econômico, comercial, industrial, tecnológico e de serviços no município.
- Prever a organização político-territorial.
- Reestruturar e fortalecer os centros comunitários e culturais.
- Manutenção e melhoria dos serviços básicos, a fim de garantir acesso a segurança pública, saúde, educação e acesso a tecnologias em áreas urbanas e rurais.
- Fortalecer o turismo local e regional.
- Intensificar os cursos profissionalizantes para qualificação da mão de obra industrial, turística e tecnológica.
- Estimular o desenvolvimento sustentado e adequado da agroindústria regional.
- Garantir a participação democrática da população nos processos do planejamento urbano.
- Incentivo a manutenção das pequenas propriedades rurais.

Ações

- Implantação de espaços e serviços destinados as demandas de infraestrutura social e urbana em regiões periféricas do perímetro urbano.
- Criação de atrativos, por meio de programas e políticas, para a instalação de novas atividades econômicas geradoras de renda e empregos no município.
- Criação de programas e políticas para a exploração turística dos patrimônios históricos, culturais e dos recursos naturais existentes no município.
- Elaboração de programas para a qualificação dos espaços destinados ao lazer e convívio público.
- Criação de programas para qualificação de mão obra.
- Adoção de áreas com diversificação de atividades econômicas.
- Simplificação no processo de abertura de empresas.
- Indução ao desenvolvimento econômico-sustentável em áreas urbanas e rurais.
- Criação de áreas de interesse tecnológico.

2.2 Estruturação urbana

Os propósitos da estruturação urbana são a diversificação no uso do solo, a distribuição adequada das ocupações perante o solo urbano e sistema viário, otimização da infraestrutura social e urbana existente e a inclusão a cidade. Suas diretrizes visam o estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo urbanos que favoreçam a melhor ocupação do solo e infraestrutura urbana, provendo o desenvolvimento econômico e social do município. Faz-se importante também a inclusão de loteamentos de cunho popular em áreas dotadas de infraestrutura, como medida protetiva a segregação social e espacial. As ações definidas presam melhores condutas na ocupação do solo urbano e rural, visando a qualificação constante dos espaços, além de prever a manutenção dos espaços com boas qualidades ocupacionais e também apontando medidas para a integralização regional.



ESTRUTURAÇÃO URBANA

Objetivos

- Promover e incentivar a diversificação de atividades nas regiões periféricas da cidade.
- Otimizar a infraestrutura existente.
- Fomentar a ocupação adequada perante as condicionantes naturais do solo.
- Incentivar a ocupação preferencialmente em locais dotados de infraestrutura urbana.
- Fomentar a criação de novos parcelamentos do solo ao norte e oeste do perímetro urbano.
- Revisar parâmetros urbanísticos.
- Revisar códigos urbanísticos e edifícios.
- Implementar parâmetros de urbanísticos que visem o conforto ambiental para o meio urbano.
- Estabelecer regulamentação urbanística para a área rural.
- Promover a inclusão à cidade legal.
- Oportunizar novas áreas industriais e tecnológicas nas proximidades da BR-282.
- Prever locais para instalação de novos cemitérios.
- Promover a inclusão social.
- Utilizar áreas subutilizadas.
- Integrar áreas urbanas conurbadas.
- Analisar tecnicamente a possibilidade de aumento do gabarito no bairro Santa Teresa.
- Regularizar loteamentos e ocupações irregulares.
- Definir com mais objetividade a área de proteção do aeródromo.
- Melhoria de infraestrutura telefônica no distrito de Santa Helena.

Diretrizes

- Regularização fundiária em locais com ocupações irregulares.
- Estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano e diretrizes para o desenvolvimento rural.
- Direcionar o crescimento da ocupação e expansão do território para áreas propícias à urbanização.
- Instituir o sistema municipal de planejamento e gestão territorial descentralizado.
- Dotar de função o patrimônio atualmente subutilizado.
- Implementar instrumentos do Estatuto da Cidade e do Código Civil.
- Vincular o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução do município, fomentando o uso misto, sempre que possível.
- Elaborar e implantar políticas habitacionais.
- Cooperar para a implantação de serviços de telefonia fixa em todas as localidades rurais.
- Manter e adequar as áreas e o entorno do aeroporto, perante as normas de segurança aeroviárias.

Ações

- Definição de áreas para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.
- Indicação de áreas passíveis para instalação de cemitérios.
- Adoção de uso de atividade mistas nas regiões periféricas, em que se apresentam usos exclusivamente residencial, visando o acesso a bens e atividades, diminuindo assim os deslocamentos, de forma a equivaler a qualidade da malha urbana.
- Implantação de novas ocupações em áreas com menores declividades, desde que estejam providas de infraestrutura básica para ocupação.
- Manutenção a densidade ocupacional na zona central, desde que não sobrecarreguem a infraestrutura existente.
- Indução da ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas que já possuem infraestrutura urbana.
- Adoção de zonas com densidades proporcionais à infraestrutura existente.
- Implantação de áreas para atividades industriais em locais dotados de infraestrutura condizente a atividade.
- Implantação de loteamento e edificações de cunho popular em locais já dotados de infraestrutura, preferencialmente em áreas de vazios urbanos.
- Criação de programas para requalificação de espaços urbanos em desuso.



- Elaboração de medidas compensatórias para novas edificações em áreas com alto adensamento ocupacional, as quais visem a redução da carga da drenagem pluvial, como a utilização de telhados verdes, pisos drenantes e maiores taxas de permeabilidade.
- Criação de parâmetros urbanísticos que auxiliam a segurança pública, como a exemplo do uso de fachadas ativas em zonas comerciais.
- Adoção da tabela CNAE, para classificação de usos e compatibilização de serviços.
- Ampliação das áreas com usos mistos e alteração de parâmetros urbanísticos em zonas residenciais.
- Ampliação de locais passíveis para a instalação de instituições de ensino.
- Manutenção dos parâmetros urbanísticos que auxiliam no aproveitamento da infraestrutura existente.
- Manutenção do gabarito de 2 pavimentos no bairro Alvorada e restringir somente aos usos residenciais e pequenos comércio e serviços.
- Criação de corredores de integração regional.
- Implantação de novas áreas industriais e tecnológicas entornos da BR-282.
- Implantação de micropolos tecnológicos.
- Manutenção das áreas indústrias consolidadas.
- Implantação e ampliação dos serviços de tecnologia e comunicação.
- Elaboração de normas para regularização da publicidade.
- Implantação de zoneamentos que visem o desenvolvimento sustentável e econômico das áreas urbanas e rurais.
- Criação de instrumentos para regulamentação das edificações em áreas rurais.
- Manutenção e adequação da área de proteção do aeroporto.
- Implantação de sistemas de fiscalização e monitoramento, que visem a coibição de ocupações irregulares.

2.3 Mobilidade urbana

A intenção da mobilidade urbana em Joaçaba é a promoção ao acesso universal a cidade a todos os munícipes, por meio de infraestrutura urbana adequada para tal. Além da integração dos sistemas de modais coletivos e não motorizados. Visa criar direções para melhoria dos sistemas de mobilidade urbana municipal e regional, de modo ordenar os sistemas. As ações referentes a mobilidade visam instaurar no município boas condições de infraestrutura de mobilidade urbana, de forma qualitativa onde os cidadãos possam mover-se de forma autônoma e eficaz.

MOBILIDADE URBANA

Objetivos

- Promover a acessibilidade universal no meio urbano.
- Incentivar e qualificar o transporte público.
- Ampliar ciclofaixas e rotas acessíveis.
- Instalar novas modalidades de transporte.
- Integrar modais de transporte.
- Melhorar os sistemas de mobilidade urbana.
- Criar rotas secundárias em áreas de grande fluxo e acessos a polos geradores de tráfego.
- Analisar a possibilidade de anel viário.
- Conservar a qualidade dos acessos aos distritos.
- Explorar o potencial do aeroporto.



Diretrizes

- Prover um sistema de mobilidade urbana que atenda aos usuários de todas as modalidades de transporte.
- Reestruturar a sinalização viária.
- Reestruturar e complementar os sistemas viários básico e estrutural.
- Garantir a acessibilidade urbana aos portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida.
- Implantar e qualificar o transporte coletivo público.
- Ordenar o tráfego, especialmente na área central.
- Mobilidade regional.
- Viabilizar a utilização comercial do aeroporto.
- Integrar o sistema viário, transporte e uso do solo.

Ações

- Padronização de calçadas e adequação das existentes em acordo com normas técnicas vigentes.
- Implantação do Plano de Mobilidade Urbana, visando atender e solucionar as demandas existentes.
- Criação de ações para a conscientização dos munícipes quanto a importância da acessibilidade nas edificações e passeios, bem como a responsabilidade dos proprietários na manutenção.
- Implantação de passarelas, como mediada de segurança na travessia da BR-282.
- Manutenção e ampliação de rotas acessíveis.
- Implantação do transporte coletivo público.
- Implantação e ampliação de ciclofaixas.
- Elaboração de planos para integração intermodal de transportes.
- Criação plano de mobilidade regional nas áreas conurbadas.
- Adequação do aeroporto as normas da aviação comercial.
- Elaboração de planos de gestão e manutenção das demandas de infraestrutura viária.
- Implantação de pisos drenantes em vias locais.
- Implantação de infraestrutura para o transporte público coletivo, pontos de ônibus e terminais intermodais.
- Elaboração de medidas para a conscientização comportamental no trânsito.
- Desviar o fluxo dos acessos dos polos geradores de tráfego e das vias de com grandes ocorrências de congestionamentos, através de rotas secundárias.

2.4 Qualificação ambiental

Os desígnios da qualificação ambiental em Joaçaba são a preservação e a manutenção do meio ambiente, bem como a criação de áreas verdes de lazer, com intuito da melhoria da ambiência urbana. Suas diretrizes estimulam a distribuição equitativa da infraestrutura de serviços públicos básicos, de forma a minimizar os riscos ao meio ambiente. A conscientização ambiental é vital para a implantação das diretrizes de qualificação ambiental, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Já as ações de qualificação ambiental são preventivistas e também buscam minimizar ou neutralizar os efeitos de ocupações em áreas indevidas. Além de visarem a qualificação e implantação de espaços verdes de lazer e recreação.



QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Objetivos

- Coibir ocupações em áreas de risco geológico e/ou de inundação.
- Estudar medidas mitigadoras para áreas de risco geológico e de inundação.
- Preservar o meio ambiente.
- Implantar parques lineares e ecológicos.
- Ampliar os serviços de saneamento básico.
- Melhorar o condicionamento térmico na área urbana.
- Revitalizar espaços de lazer e recreação existentes.

Diretrizes

- Distribuição equitativa de espaços de lazer, mobiliário urbano e infraestrutura de serviços públicos em todo município.
- Criar incentivos fiscais para unidades de conservação e lotes atingidos por áreas de preservação permanente.
- Determinar investimentos públicos prioritários na promoção do saneamento ambiental, para implantar e melhorar a rede de infraestrutura urbana, e no que tange ao abastecimento de água potável e sistema de coleta de esgoto, fomentar o crescimento progressivo do atendimento a todo o município.
- Minimizar o impacto ambiental gerado pelos despejos de resíduos de forma indevida, bem como oriundo da utilização de defensivos agrícolas.
- Enquadrar as indústrias nos padrões ambientais legais.
- Preservar e recuperar as áreas de preservação permanente bem como estabelecer medidas para preservação das reservas florestais nativas existentes nas áreas urbanas e rurais.
- Fortalecer a relação entre o cidadão e o meio ambiente.
- Implantar medidas para conservação do solo.
- Criar de políticas de fiscalização e gestão da produção animal em áreas de interesse ambiental, que visem impedir a poluição destas áreas.
- Incentivar estudos técnicos para mitigar ou eliminar eventos oriundos de deslizamentos e/ou inundação.

Ações

- Criação de incentivos fiscais para manutenção e preservação de áreas de preservação permanente.
- Gerenciamento de áreas de riscos geológicos e hidrológicos.
- Demarcação de áreas de risco, onde seja coibido a utilização destas. Somente sendo permitido a ocupação por meio de estudos específicos que comprovem sua viabilidade.
- Criação de espaços verdes para lazer e recreação.
- Implantação de programas de conscientização ambiental.
- Expansão e manutenção dos serviços relacionados ao saneamento básico municipal.
- Implantação de programas de arborização urbana, a fim de proporcionar melhores condições térmico-ambientais.
- Implantação de sistema de cisterna, visando diminuição da sobrecarga do sistema de drenagem pluvial e redução do consumo d'água potável para fins não nobres.
- Manutenção e monitoramento de áreas de preservação permanentes.
- Criação de parques lineares nas margens do Rio do Peixe e Rio do Tigre.
- Aplicação das medidas técnicas, identificadas através de estudos para contenção de áreas de risco geológico, bem como melhor escoamento das águas pluviais.
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupações em áreas suscetíveis a inundações e escorregamentos do solo.
- Monitoramento de encostas e elaboração de planos de contingência.
- Manutenção de encostas.
- Aplicação de legislação para restrição e coibição de ocupações em áreas de risco geológicos.
- Criação de incentivos para ampliação da cobertura do solo em áreas de encostas.



- Monitoramento e manutenção da biodiversidade no meio urbano e rural – fauna e flora.
- Criação de programa de conscientização ambiental para a população.
- Gestão, licenciamento e fiscalização da produção animal, principalmente no que diz respeito ao tratamento e disposição de dejetos, de modo a impedir a poluição ambiental decorrente destas atividades.
- Implantação de programas para o atendimento saneamento básico em áreas rurais.

2.5 Proteção do patrimônio histórico e cultural

O escopo do eixo de proteção do patrimônio histórico-cultural busca incentivar e preservar a cultura e o patrimônio histórico de Joaçaba, como medida de preservação da memória do povo, além do incentivo a exploração das potencialidades turísticas do município. Suas diretrizes e ações visam fomentar o desenvolvimento e manutenção dos aspectos que envolvem o patrimônio histórico-cultural.

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Objetivos

- Promover a preservação da cultura do município.
- Fomentar a preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município.
- Conservar a paisagem rural.
- Melhorar a paisagem urbana.

Diretrizes

- Proteger os patrimônios ambientais, históricos e culturais.
- Proceder ao tombamento de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica.
- Estimular a restauração de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica.
- Elaborar e implantar o plano de preservação do patrimônio histórico.
- Apoiar a criação e manutenção dos espaços culturais do município.
- Valorizar a história do município, através do estímulo e preservação do idioma dos imigrantes e cultura local.
- Estimular o modo de vida rural.
- Manutenção da paisagem rural.
- Promoção de equilíbrio visual entre diversos elementos que constituem a paisagem urbana.

Ações

- Criação de programas de incentivo à cultura e ao turismo.
- Criação de programa para a manutenção do patrimônio histórico material e imaterial do município.
- Revisão e incremento do inventário cultural.
- Criação de incentivos fiscais para manutenção de edifícios históricos.
- Criação de rotas turísticas no município.
- Elaboração de programas para inclusão a cultura.
- Criação de programas para o envolvimento da população na identificação, valorização e proteção da paisagem urbana e rural.
- Elaboração de programas para conservação de edificações e sítios históricos.
- Decretar o tombamento de edificações e monumentos de importância arquitetônica e histórica.



3 CONSIDERAÇÕES

O prognóstico do município busca balizar as medidas necessária para a revisão da legislação urbanística, atendo as demandas averiguadas na leitura técnica e comunitária do município, apontando diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento territorial ordenado e equilibrado da cidade.

Considerando os aspectos levantados neste prognóstico, nota-se que as principais demandas da revisão do plano diretor são: a diversificação de atividades em zonas periféricas; necessidade de regularização de ocupações e loteamentos irregulares; promoção de emprego e renda; qualificação das ocupações; criação de áreas industriais, tecnológicas e de inovação; necessidade de espaços para lazer e recreação dos munícipes; implantação de plano de mobilidade; coibição de ocupações em áreas de risco (hidrológicos e geológicos); preservação do patrimônio histórico-cultural do município e a melhoras nas infraestruturas do saneamento básico.

Assim sendo, a revisão dos códigos edilícios e urbanísticos deverão considerar o prognóstico do município de Joaçaba.





www.cimcatarina.sc.gov.br

**Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar,
Sala 1305 – Bairro Canto, CEP 88.070-800,
Florianópolis/Estado de Santa Catarina**